

BOLETIM LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

Audiências Públicas LDO

Secretaria Municipal de Educação



LEIA NESTA EDIÇÃO:

Garantida livre circulação
de voluntários
pág. 4



LDO: SME alerta para queda de recursos

A Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira realizou audiência pública, nesta quarta-feira (3), para discutir as metas da Secretaria Municipal de Educação (SME) para 2021. Representantes da pasta afirmam que um modelo híbrido será utilizado após o término do isolamento social, conciliando aulas presenciais e a distância, para reduzir a quantidade de alunos por sala. Os técnicos alertam para a queda de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (Fundeb), na ordem de R\$ 120 milhões, nos últimos dois meses, ao mesmo tempo em que aumenta a procura por matrícula na rede pública de estudantes oriundos de escolas privadas. As propostas da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2021 estão presentes no [Projeto de Lei nº 1.784/2020](#).

A secretária Talma Romero Suane informou aos parlamentares que haverá uma reunião com representantes da Secretaria de Saúde, do comitê científico e dos conselhos de representação de diretores, professores, responsáveis e funcionários das escolas para discutir como será o retorno às aulas. Declarou ainda que a pasta prioriza o atendimento às famílias com maior vulnerabilidade. Para isso, a SME pretende comprar e distribuir mais 400 mil cestas básicas, reduzir contratos sem demitir funcionários e manter os 10,5 mil postos de trabalho de terceirizados; além de realizar aulas virtuais para manter o vínculo dos alunos com a escola.

Representando a Empresa Municipal de Multimeios (MultiRio), Rosângela Dias contou que o órgão promove vídeos educativos sobre prevenção e combate ao coronavírus, e ainda divulga reportagens sobre atividades que podem ser realizadas em casa durante a pandemia e dicas sobre como se prevenir contra notícias falsas, as *fake news*.

Os técnicos da SME também alertam para a perda de R\$ 120 milhões, recursos oriundo do Fundeb, em apenas 2 meses. Segundo os servidores, a expectativa, mantendo-se esta redução até o final do ano, é a perda de até R\$ 800 milhões em recursos federais, o que pode comprometer o planejamento físico da secretaria.

A presidente da Comissão, vereadora [Rosa Fernandes](#) (PSC), pediu para a secretária relacionar quais mudanças a pandemia provocou nas metas da SME e quais providências estão sendo tomadas para não prejudicar a qualidade do ensino. A secretária Talma explicou que o fechamento das escolas foi uma medida necessária, já que as crianças são propagadoras do vírus. Entretanto, destacou que é

importante repor as aulas. De acordo com a secretária, a pasta criou um aplicativo – que já recebeu quatro milhões de acessos – para manter o vínculo da escola com a família,



estabeleceu um convênio gratuito com a Microsoft para abrir salas virtuais e busca um acordo com as empresas de telefonia para assegurar o acesso à internet para todos os alunos.

A vereadora [Luciana Novaes](#) (PT) afirmou que o auxílio de R\$ 100 é insuficiente para alimentar uma criança durante os meses em que está fora da escola. A parlamentar indagou se haverá EPs para todos os estudantes e orientação sobre higienização e uso das máscaras. O vereador [Reimont](#) (PT) destaca que as unidades de ensino são



um grande canal de contato social e que muitas escolas, em outras cidades, precisaram fechar logo após o retorno às aulas devido aos novos casos de Covid-19. O vereador [Prof. Célio Lupporelli](#) (DEM) também demonstrou preocupação com a retomada das aulas e perguntou se há protocolos de segurança para: desinfecção dos alunos e das escolas, controle de temperatura, distribuição de máscaras, instalação de tomeiras em vários pontos da unidade, estudo sobre número de alunos por turma, salas arejadas e afastamento dos profissionais do grupo de risco, entre outros.

No mesmo sentido, o vereador [Tarcísio Motta](#) (PSOL) alertou para os problemas sanitários observados nas escolas. De acordo com o parlamentar, o relatório do TCM apontou que 93% das unidades sofrem com o problema – que vem crescendo nos últimos anos – e há um baixo índice de percepção de limpeza, tanto entre alunos quanto professores. A secretária Talma reconhece o problema, mas destaca que o relatório do TCM de 2019 já aponta que ocorreu uma queda para 60% no indicador. A secretária afirmou que a pasta está desenvolvendo novos protocolos de higiene em conjunto com a Vigilância Sanitária e que contará com a Comlurb para higienizar as escolas.

O vereador [Rocal](#) (PSD) destaca que o momento atual é ideal para fazer pequenas reformas nas unidades, iniciadas ainda em 2019, já que não há a presença de alunos. O vereador ainda criticou a suspensão de verbas dos professores que, mesmo em casa, continuam produzindo e trabalhando.

Já a vereadora [Teresa Bergher](#) (CIDADANIA) questionou sobre a compra de cerca de 200 mil livros por R\$ 27,5 milhões, a custo unitário de R\$ 139 reais, e sobre a compra de álcool gel, com as aulas suspensas. Talma Suane esclareceu que as compras foram feitas de forma emergencial e que os processos encaminhados à Comissão de Educação da Câmara do Rio, ao presidente do Legislativo e ao Tribunal de Contas do Município.

A audiência contou ainda com a participação de Joselma Brito, representando o Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (SEPE), que também demonstrou preocupação com o retorno às aulas, quando o município do Rio é um dos que tem maior subnotificação e menor testagem feita para o coronavírus.

A próxima audiência pública para discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2021 será na sexta-feira (5), às 15 horas, com representantes da Secretaria Municipal de Cultura.



Garantida livre circulação de voluntários

A Câmara do Rio aprovou, em segunda discussão, o [Projeto de Lei nº 1.745/2020](#) para permitir a livre circulação de voluntários que cuidam de pessoas ou animais em situação de rua, mesmo durante o período de isolamento social. A medida segue agora para sanção ou veto do chefe do Poder Executivo.

O projeto concede a voluntários – agindo em ações individuais ou vinculados a alguma instituição para prestação de auxílio à população e animais em situação de rua – o direito ao uso irrestrito do sistema de transporte público municipal em todos os modais. Pelo projeto, podem usufruir do benefício os profissionais de: assistência médica, terapêutica e veterinária; promoção de saúde e cuidados de higiene; fornecimento de alimentos; acolhimento e abrigamento; fornecimento de roupas e agasalhos; e assessoria jurídica em casos de violação de direitos.

O vereador [Dr. Marcos Paulo](#) (PSOL), autor do projeto, afirma que o objetivo da medida é assegurar a continuidade do trabalho voluntário. “As pessoas que fazem essas ações, tanto cuidando de animais como de pessoas em situação de rua, devem ser consideradas essenciais. Sem o alimento, que é o básico da vida, os moradores e os animais definiriam e até mesmo poderiam morrer! Eles já estão em situação de vulnerabilidade, e isso os tornaria ainda mais vulneráveis”, afirmou.

O projeto também recebeu a autoria dos vereadores [Luciana Novaes](#) (PT), [Dr. Carlos Eduardo](#) (PODE), [Vera Lins](#) (PP), [Prof. Célio Lupparelli](#) (DEM), [Cesar Maia](#) (DEM), [Jones Moura](#) (PSD), [Jorge Felipe](#) (DEM), [Paulo Pinheiro](#) (PSOL), [Thiago K. Ribeiro](#) (DEM) e [Tarcísio Motta](#) (PSOL).

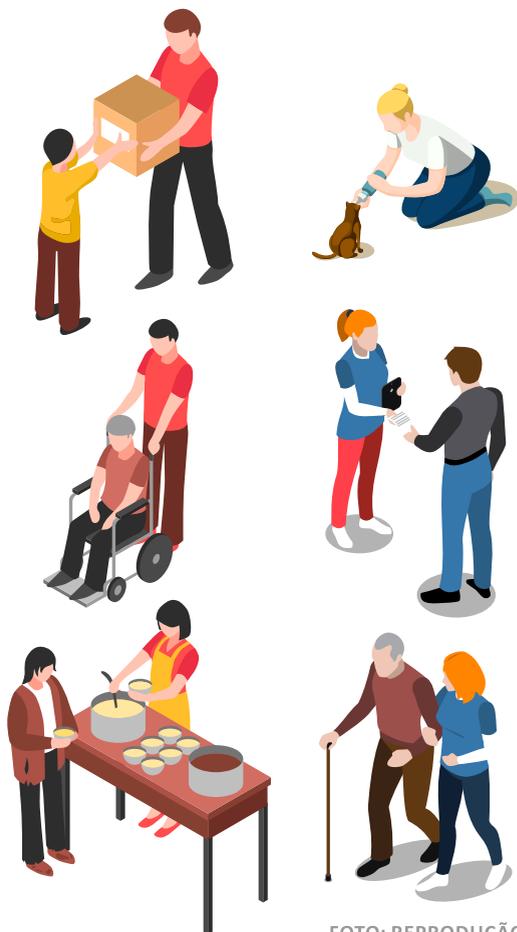


FOTO: REPRODUÇÃO

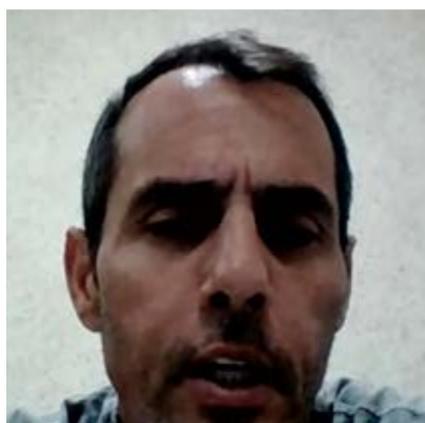


“É preciso ter segurança nos dados para o fim da quarentena. A Casa deveria pedir um parecer independente, como ocorreu na questão dos táxis e aplicativos de automóveis”

Tarcísio Motta (PSOL)

“Fiquei angustiada com a situação de moradores em situação de rua no Centro. É um número incalculável de pessoas abandonadas à própria sorte”

Teresa Bergher (CIDADANIA)



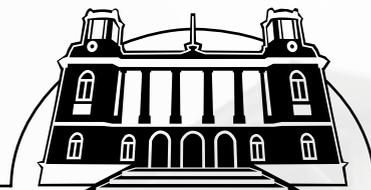
“O calçadão da orla foi liberado para atividade física, mas a areia é uma faixa muito mais larga, que permite fazer um distanciamento maior entre as pessoas”

Marcello Siciliano (sem partido)

“A crise da pandemia agravou o que a gente já estava vivendo. A questão da saúde na cidade já estava em um colapso e com muitas dificuldades”

Carlo Caiado (DEM)





BOLETIM LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

Boletim Legislativo:

Publicação da Assessoria
de Comunicação Social da
Câmara Municipal do Rio
de Janeiro

Jornalista Responsável:

Anette Silva
788/DRT - PA

Assessora de Imprensa:

Elza Calazans

Editor:

Flavio Oliveira

Jornalistas:

Alexandre Fernandes
Claudia Costa

Mariana Mazza

Michele Victor

Verônica Mondarto

Arte e Fotografia:

Adriana Andrade

Antonio Molisani

Eduardo Barreto

Flávio Marroso

Renan Olaz

Diagramação:

Adriano Souza

João Guimarães

Leandro Müller Lima

Estagiários:

Ana Luiza Abreu

Júlia Maia

Rachel Mattos

www.camara.rj.gov.br

